

Ata nr 5 de 11/03/2021

Plenária extraordinária conjunta com CMAS

Pauta Única: Serviços contratados para atender demandas do Covid 19

Aos onze dias do mês de Março de 2021, reuniram-se em plataforma virtual do Google Meet, conselheiros/as do Comdedica e do CMAS, para discussão do tema trazido pela coordenação do Fórum DCA, na última plenária do conselho, em três de Março pp, sobre o encerramento de serviços que atendem à necessidade de isolamento de crianças e adolescentes durante a pandemia. A presidente Márcia Martins, do Comdedica e Fernanda Glienke, do CMAS deram as boas vindas a todas/os, iniciando às 13h42m. Inicialmente foi rememorada a discussão realizada na plenária ordinária, fato que definiu pela realização desta plenária, o encerramento dos serviços prestados pela AMMEP e Isaura Maia, e todo o problema que acarretará nos acolhimentos se não houver a triagem e isolamento de crianças e adolescentes com suspeita ou positivo para Covid 19. A presidente Márcia passa a palavra para integrantes do Fórum DCA, que trouxeram a demanda. Micheli Duarte, Proame, relata que não é parte da coordenação do Fórum, mas faz o relato recebido das OSCs executoras dos serviços na plenária do Fórum, em dois de março último. O primeiro serviço encerrará dia 24 de Março (AMMEP) e o próximo, dia 7 de Abril (Isaura Maia). Esses serviços deveriam ter sido encerrados em Dezembro de 2020, mas, como houve sobra de recursos, foram estendidos até março. Ocorre que a alternativa após o encerramento dos serviços é de os acolhimentos assumirem o serviço realizado pelas parcerias. O que ocorreu foi o surpreendente agravamento da pandemia, gerando a preocupação de não levar aos acolhimentos os casos positivos, porque não teriam estrutura física e pessoal, para fazer o isolamento. Odair Parode, integrante da coordenação do Fórum, traz o relato do colapso na saúde e questiona se esses serviços não são do cunho da Secretaria da Saúde. O que foi explicado, pelo Secretário Fábio Bernardo, que não, pois não se trata de internações clínicas, mas apenas de isolamento. A presidente traz a preocupação do Conselho na proteção das crianças e adolescentes e pergunta se há alternativas para a manutenção. Passando a palavra para o Secretário Fábio Bernardo, que faz a exposição do estudo realizado pela SDS e a prestação de contas dos serviços realizados. Relata aos conselheiros/as que o município, ao receber verbas federais para o enfrentamento a pandemia, foi o único a criar esses quatro tipos de serviço em toda região. Relata também que a discussão foi levada ao gabinete de crise e traz propostas possíveis de se conseguir o recurso necessário. Solicita espaço para apresentar, passando para a Diretora de Planejamento da SDS, Marcela Fonseca. Marcela fala da busca constante do diálogo com a Sociedade Civil e que existe a falta de recursos do município e a falta de Plano de Contingência por parte do Governo Federal. São Leopoldo foi um dos poucos municípios a tomar medidas para controlar a epidemia, mas, sem a estratégia por parte do Governo Federal, também entramos em colapso. A Portaria nº 369 de 29/04/2020 – dispõem sobre repasse financeiro emergencial para a área da assistência social, trazendo a possibilidade de investimento para enfrentamento a pandemia, como compra de EPIs, alimentação pronta, voltada ao público idoso, PCD e acolhimento de idosos, crianças, adolescentes e população de rua. O total recebido foi de R\$ 2.790.692,30, em cinco repasses. Para acolhimento, R\$ 890.400,00. Para além dos recursos federais, o município investiu R\$ 2.322.696,32 para compra de kits de alimentação(mais de 28 mil kits). Importante destacar o número de atendimentos realizados para pensar nas propostas: O serviço administrado pelo Instituto Lennon, para população de

rua, atendeu, em média, 400 pessoas/mês. Nos serviços para crianças e adolescentes o número de atendimentos foi menor. Inclusive o investimento foi maior e por isso temos uma dívida de R\$ 48.011,94, mas dos recursos inicialmente planejado houve uma sobra de R\$ 15.698,31. A SDS afirma seu compromisso de saldar a dívida, só tendo que encontrar a forma de buscar esse valor faltante de R\$ 32.313,63, gasto além do previsto. Aqui não cabe a discussão sobre o atendimento à população adulta de rua, pois já está agendada plenária específica com a pauta no CMAS, na próxima quinta, com convite aos conselheiros do Comdedica de participarem. As OSCs AMMEP e Isaura Maia, que administram os outros serviços, tiveram a média de atendimento/mês de 8 crianças suspeitas de contaminação, em 5 meses foram 5 positivas, que ficaram sob os cuidados da Ammep, no Monte Alverne. A proposta trazida pelo secretário é de ficarmos com apenas um serviço, com até 10 metas, com previsão orçamentária de R\$ 2.750,00 per capita, totalizando R\$ 27.500,00 por mês, para atender crianças e adolescentes, suspeitas ou positivos, no mesmo espaço físico. Prevê, possibilidade de entregar as instalações do Monte Alverne à Saúde para um possível hospital de campanha, visto que não há mais vagas de leitos de internação na cidade. Projetando, 05 meses de serviço, o recurso a ser buscado é de R\$ 137.500,00. A proposta da gestão é utilizar o recurso do Fundo Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes/FMDCA, pois hoje há portaria que autoriza o uso do fundo. Além dessa possibilidade também se pode pensar em utilizar 50% do FMDCA e 50% do SCFV, reduzindo as parcerias dos 14 serviços em 11%. Informa que hoje a gestão da Rede Solidária está integralmente sendo feito pela assistência, não podendo mexer nesse recurso. Outra possibilidade é retirar todo o recurso dos repasses às instituições do SCFV, retornando o valor integral após o encerramento destes serviços. A plenária é favorável a termos apenas um único serviço em funcionamento. A presidente agradece o empenho do secretário e da equipe na busca de solução. Entretanto, fala da utilização do FMDCA para suprir demanda da secretaria, que em outra ocasião, levou a interpelação do MP, ficando esta presidente mais de um ano respondendo. Portanto, não é possível usar sem analisar com calma se de fato existe essa autorização de uso nesse período de pandemia. A plenária fala do impacto se for retirado recursos dos repasses aos SCFV. Eliene Amorim, Isaura Maia e coordenadora do Fórum DCA, fala da possibilidade de se dialogar com outras secretarias que possuem orçamento maior que a assistência e avaliar possibilidade de remanejar valores para a assistência. A presidente sugere conversar – CMAS, COMDEDICA e SDS, com o prefeito para ver possibilidades de se conseguir ampliar recursos para a assistência. Fábio afirma que não é ilegal a utilização do FMDCA, desde Abril de 2020, para ações decorrentes da pandemia. Considera que não teríamos tempo hábil, devido a todos os trâmites burocráticos, até o efetivo fechamento do Monte Alverne e o uso de recurso do fundo seria mais rápido. Destacou que a SDS iniciou o ano com orçamento de R\$ 21.791.472,00 e já ultrapassou os 24 milhões, já trazidos de outras fontes. A presidente entende, pelas discussões até agora, que não há acordo de se utilizar o recursos do Fundo e que a plenária defende o diálogo com prefeito. Fernanda, CMAS, concorda que a utilização do FMDCA atende às necessidades e que poderia ser utilizado. Várias falas foram colocadas pelos conselheiros dos dois conselhos, defendendo uma e outra posição. Márcia e Fábio lembram da urgência das ações devido ao curto tempo que temos até o encerramento dos serviços. Qualquer uma das decisões acarretará em tempo hábil para se efetivar. Márcia relembra que as instituições vieram ao Conselho porque não concordavam com o fechamento do serviço e solicitaram ampliação do prazo de

execução das atividades, visto o agravamento da pandemia e o risco as demais crianças e adolescentes em acolhimento. Entendendo que é consenso a manutenção do serviço por mais alguns meses. Entretanto, alerta que o fundo possui regras de utilização e opina que nesse momento não deveríamos pensar nessa alternativa, mas esgotar todas as possibilidades para utilização do recurso público. Fernanda coloca que, quando se iniciaram os serviços, já tinham tempo previsto para o encerramento. Infelizmente a pandemia não foi controlada como se esperava, entrando a saúde em colapso. Por isso a necessidade de mais diálogo, mas não se pode sair da plenária sem encaminhamento. Frente as discussões e divergência de propostas a presidente coloca em votação: 1º proposta – Diálogo com gestor para ampliar recursos da Assistência; 2º – utilizar recursos do FMDCA. Por 8 votos a 7, venceu a primeira proposta. Fábio reforça que essa questão não foi deixada para a última hora, desde o início era sabido do encerramento em dezembro, posteriormente a gestão ampliou para março e início de abril, tendo havido dialogo com as OSC e avaliação da condução pela diretoria de proteção especial. Cita que o cenário estava demonstrando estabilidade da pandemia, tanto que se tinha a previsão de retomar o Serviço de Convivência de forma híbrida, esperando a melhora da bandeira da região. O agravamento tomou o RS de surpresa e o quadro só piora. A secretaria esteve sempre muito atenta, buscando atender a todas as situações, inclusive porque a demanda por serviços está em crescente. A presidente questiona ao secretário se ele pode organizar agenda com prefeito? Fábio propõem reunião com as mesas dos conselhos na segunda pela manhã e plenária extraordinária à tarde do mesmo dia para encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a plenária às 16h04m e, para constar, eu Rejane Bottega Victoria lavrei a presente ata.